

LEANDRO MAZZINI COLUNA ESPLANADA



A VINGANÇA DO GOVERNO

■ Nos últimos anos, o lobby das seguradoras barrou projetos no Congresso que previam a extinção do DPVAT, o Seguro Obrigatório de Acidentes de Trânsito. Até uma CPI, criada em 2016, foi enterrada sem parecer e relatório final. Uma das propostas (PL 8.338/17), do deputado Lucas Vergílio (SD-GO), previa a criação de nova taxa. Já a CPI, criada à época para apurar fraudes do seguro obrigatório, foi questionada no Supremo Tribunal Federal (STF) por seguradoras. A comissão foi encerrada após o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), indeferir pedido de prorrogação. Os deputados da CPI assinaram manifesto no qual resumiram: “Os trabalhos da comissão têm sido dificultados por forças ocultas e poderosas”.

Na conta

■ A Medida Provisória extingue o DPVAT dia 1º de janeiro de 2020. O governo vai economizar R\$ 9 bilhões, e garante que o SUS vai continuar a prestar assistência.

É pior

■ A Marinha do Brasil escalou sua tropa para percorrer a pé as principais praias do Nordeste. Eles têm encontrado novos e pequenos fragmentos do piche na maioria delas.

É pior 2

■ A força-tarefa que investiga as causas do vazamento do óleo não descarta - e seria o pior cenário - que possa ser fissura no fundo do mar deixado por uma plataforma.

Quem foi?

■ As Forças Armadas da Bolívia estão curiosas: quem voou no avião presidencial, um jato Gulfstream G650, de Santa Cruz para São Paulo. Não era Evo Morales. Eles flagraram uma rota anteontem no site flight radar 24h.

PEGA FOGO



AFP

■ Militantes ligados a Evo Morales invadiram e incendiaram um hotel de propriedade do senador opositor Arturo Murillo, em Cochabamba, contam fontes da Coluna. Ele diz que tentaram assassinar sua irmã e duas filhas, que se refugiaram em uma vila.

Compromisso verde

■ CEOs de dez companhias associadas ao Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável se reúnem hoje em São Paulo para definir como o setor privado pode contribuir para o combate ao desmatamento ilegal na Amazônia. Querem levar boas ideias para a COP do Clima em Madri mês que vem.

Serviço\$

■ Um estudo da Central Brasileira do Setor de Serviços (Cebrasse) desmistifica que o setor, em especial o de mão de obra, paga menos impostos, como afirmam defensores das PECs 45 e 110, da Reforma Tributária. “Os técnicos que fazem essa defesa só analisam parte da carga tributária, não levam em conta o peso dos tributos sobre folha de pagamento e nem a ausência de créditos tributários, como outros setores possuem”, diz o presidente da Cebrasse, João Diniz.

Comeu?

■ O secretário de Aquicultura e Pesca, Jorge Seif Junior, ainda não deu explicações ao Ministério Público sobre afirmações de que a população pode consumir peixes de regiões atingidas pelo óleo no litoral nordestino. Seif garantiu que o pescado está “100% avaliado pelo Ministério da Agricultura, pelo Serviço de Inspeção Federal”.

Comeu nada...

■ A cobrança do MP se baseia em estudos da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), do Instituto Ageo Magalhães (IAM) e do Laboratório de Saúde Ambiente e Trabalho (Lasat) que alertam para o estado de emergência em Saúde Pública no Nordeste. Nas últimas semanas, vários pescadores jogaram no lixo toneladas de peixes diariamente.

MERCADO

Turma do pier

■ A Câmara de Comércio Exterior aprovou a redução da alíquota do Imposto de Importação incidente sobre embarcações para o transporte de mercadorias de 14% para 0%. Com a medida, as empresas que importarem navios terão redução de cerca de 40% na carga tributária para a aquisição de embarcações estrangeiras.

Leilão online

■ O crescente mercado de leilões online no Brasil chamou a atenção de multinacionais. A Copart, norte-americana com ações na Nasdaq e presente no Brasil há sete anos, investe pesado. Adotou plataformas eletrônicas e ampliando o acesso de vendedores e compradores aos certames. Seu foco é leilão de veículos sinistrados.

ESPLANADEIRA

■ O Espaço Cult da Construtora Paulo Octavio recebe a exposição Vi-Ve 70, do casal Darlan e Célia, no próximo sábado. #O consultor legislativo do Senado Luciano Henrique da Silva Oliveira, convidado do Saber Direito, da TV Justiça, ensina processo de elaboração das leis. Veiculação dias 18 a 24.

■ A Direcional Engenharia promove a sua campanha nacional Black Week, que comercializa apartamentos em 78 empreendimentos em vários estados, com sorteio de carros para os compradores.

Publicada diariamente em 51 jornais de 25 estados, em capitais e interior
Com Equipe DF, SP e PE / reportagem@colunaesplanada.com.br. Twitter @colunaesplanada / Facebook : Coluna Esplanada. Leia mais em odia.com.br

OPINIÃO

CRÔNICAS E ARTIGOS

A batalha perdida do lixo



Emanuel Alencar
Editor de Conteúdo
do Museu do
Amanhã

Em fevereiro de 1998, quando a Lei de Crimes Ambientais foi sancionada pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso, o cantor Tim Maia ainda era vivo, o país experimenta o início da estabilidade do Plano Real e Lula ainda amargaria mais uma derrota antes de subir a rampa do Palácio do Planalto. Marco na legislação de proteção ambiental, o texto vedava a disposição de resíduos em lixões e estabelecia sanções aos que incorressem em malfeitos. Pode parecer inacreditável, mas 21 anos depois, o Brasil mostra que perdeu a batalha do lixo.

O novíssimo “Panorama dos Resíduos Sólidos no Brasil”, da Associação Brasileira de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (Abrelpe), lançado no último dia 8, mostra que o país ainda destina 40,5% de seus resíduos de forma inadequada. Os aterros sanitários, soluções de engenharia que contam com conjunto de sistemas e medidas necessários para proteger a saúde das pessoas e o meio ambiente, respondem por 59,5%.

Em 2018, 6,3 milhões de toneladas de resíduos não foram sequer recolhidas junto aos locais de geração. É um descalabro: o número representa quase 9% das 72,7 milhões de toneladas geradas país a fora no mesmo ano. O país cuja população tem dois dispositivos digitais por habitante - incluindo smartphones, computadores, notebooks e tablets - não conseguiu resolver uma questão básica de dignidade humana. Se a região Norte amarga os piores indicadores, a situação está distante de ser confortável no Sudeste, de longe a região mais rica. Nada menos do que 27,3% dos resíduos produzidos em Minas, Rio, São Paulo e Espírito Santo estão indo para lixões ou aterros controlados, que não dispõem de infraestrutura adequada.

É forçoso reconhecer que a derrota não é só brasileira, mas de toda a



América Latina e do Caribe. A ONU Meio Ambiente alerta que a gestão ineficiente de resíduos sólidos urbanos implica a poluição das águas, a emissão de gases tóxicos e gases de efeito estufa, numa cadeia maquiavélica que deprecia a atividade econômica, como o setor de turismo da região. Superar esse esquema tradicional de “usar e jogar fora”, sublinha a ONU, é medida mais do que urgente. Os índices de coleta seletiva e reciclagem, amparados por governanças capengas e sustentado pela informalidade, patinam há anos.

Urgem as implantações de novos modelos de gestão que preconizam a não-geração de resíduos e premie boas práticas. De um lado, as tão temidas “taxas de lixo” não podem ser vistas como um estorvo. Gestão de resíduos demanda investimentos e a lógica básica das prefeituras - o “quanto mais barato, melhor” - já se provou um fiasco.

Por outro lado, é preciso que a indústria assuma seu papel de maneira mais incisiva. É aí que entra o princípio da responsabilidade estendida do produtor, bastante difundido na Europa. Como resultado desse novo paradigma, espera-se que o próprio fabricante influencie o processo de evolução de design de embalagens e produtos de modo a reduzir o impacto ambiental causado por eles no final do seu ciclo de vida.

Os sinais recentes não são nada animadores. No relatório aprovado da Lei 3.261/2019, que muda o marco regulatório do saneamento, deputados federais incluíram uma anistia e carência para municípios que não conseguirem cumprir com disposição final ambientalmente adequada de seus rejeitos (o que não é passível de ser reaproveitado). Fixa novos generosos prazos: até 2024 para cidades com menos de 50 mil habitantes. Vamos continuar a pagar pelo custo de não se fazer nada?

Imagem é tudo



Marcos Espínola
Advogado
criminalista

Uma famosa campanha publicitária de refrigerante dizia que imagem não é nada, sede é tudo. Claro que se tratava de um artifício para defender e valorizar com humor o conteúdo do produto em si, o que foi bem-sucedido por muito tempo. No entanto, não precisamos ser comunicadores, embora todos sejam nesta era de farto canais de comunicação, para entendermos que a imagem e reputação é um dos bens mais preciosos de uma pessoa física ou jurídica.

E quando o assunto é o Poder público, uma nação, isso é fundamental para a construção de relações exteriores, parcerias e negócios de toda ordem. A ausência de investidores estrangeiros no recente megaleilão do petróleo acende um sinal de alerta para o país, essencialmente para o Rio de Janeiro, e nos leva a refletir qual a

nossa imagem atual perante o mundo.

Não podemos ignorar que nos últimos anos a crise moral e ética que assolou a nação trouxe sérias consequências para a visibilidade e credibilidade do Brasil. Foram escândalos sequenciais e episódios trágicos para um país em desenvolvimento e que buscava figurar entre as melhores e maiores potências do planeta.

A consequência disso é um receio ou medo mesmo declarado dos investidores internos e, primordialmente do exterior. A insegurança jurídica que preservamos é extremamente nociva

“Cenas do quebra-quebra das cabines da Linha Amarela percorreram o mundo e certamente arranharam mais a imagem do Rio”

para a nossa economia. Quando o poder público não cumpre a sua parte fica muito difícil conquistar a confiança de quem pode fomentar negócios e movimentar o mercado local.

A recente atitude da Prefeitura do Rio é outro exemplo emblemático não só da péssima imagem que passamos, mas da falta de segurança jurídica que apresentamos. Independentemente do mérito, o fato é que há meios legais para qualquer parte de um contrato se manifestar e reivindicar seus direitos. Quando essa manifestação é unilateral e de forma, no mínimo, não convencional, é um equívoco e com danos irreparáveis, dentre eles, para a imagem da cidade.

As cenas do quebra-quebra das cabines da Linha Amarela percorreram o mundo e, certamente, arranharam ainda mais a imagem de um Rio de Janeiro já rotulado pela violência. Definitivamente, nossas autoridades precisam ficar mais atentas de que, ao contrário do referido anúncio, sede não é nada, imagem é tudo, principalmente se a sede for por holofotes e interesses outros se não o bem coletivo.

O DIA DISQUE REDAÇÃO: 2222-8069 E 98921-1888

ASSINATURA E CENTRAL DE ATENDIMENTO AO LEITOR: 2222-8600

PRESIDENTE:
Luiz Alberto Albuquerque

DIRETORA DE REDAÇÃO
Carla Alves

EDITOR-CHEFE
Marco Antonio Rocha

DEPARTAMENTOS:
Agência O DIA: E-mail: agencia@odia.com.br. Venda de fotos e textos: 2222-8021, 2222-8560 e 2222-8265
Fax Diretoria: 2507-1038

Parque Gráfico: 3891-6000. Av. Dom Hélder Câmara, 164 Benfca
Gerência Industrial: 3891-6002 **Gerência de Circulação e Logística:** 3891-6005

Preço de venda em banca: RJ, MG, SP e ES: R\$ 1,50 (dias úteis) e R\$ 3 (domingos). Distrito Federal: R\$ 3,60 (dias úteis) R\$ 4,40 (domingos). Demais estados: R\$ 4,20 (dias úteis) R\$ 5,10 (domingos)

Exemplares atrasados: Capital: Preço de capa - Demais localidades: preço de capa + postagem. Mais informações: Tels: (21) 2222-8086/2222-8136 - Central de Promoções - Av. Dom Hélder Câmara 164 Benfca, (Parque Gráfico O DIA) - das 9h às 17h.

São Paulo: Avenida Irai 300 - Sala 306 - Indianópolis. CEP: 04082-000. Tels: 11 94704-2393 / 11 99623-7645 / 11 99973-8313

Brasília: Tel: (61) 98112-2227.

Promoções: promocoes@odia.com.br
Classificados: 2532-5000 - De 2ª a 5ª das 9 às 18h e 6ª das 9h

às 19h. Todos os cadernos de classificados somente circulam na cidade do Rio e no Grande Rio.

Anúncios de Noticiário: 2222-8338 / 2222-8631 / 2222-8388. Anúncios para o Interior: 2222-8279 - Negociações com agência: 2222-8388 Outros estados: 2222-8279 - De 2ª a 6ª, das 10h às 18h. Atendimento ao jornalista: 3891-6012 - De 2ª a 6ª, das 8h às 12h30 e das 13h30 às 17h.

Editora O DIA LTDA. Rua dos Inválidos 198, 2º andar, Lapa - CEP: 20.231-048 - Rio de Janeiro - RJ.

O DIA é filiado ao Instituto Verificador de Circulação (IVC).